



Integrantes da CPI querem ampliar investigações da Delta

Depoimento de comerciante que se diz vítima em criação de empresa-fantasma leva parlamentares a cobrarem mais foco na construtora

Roseli Pantoja da Silva disse ontem à CPI do Cachoeira que seus dados foram usados indevidamente no quadro de sócios da empresa Alberto & Pantoja Construções, considerada “fantasma” pela Polícia Federal no esquema do contraventor. Segundo a comerciante, seu nome está escrito errado e o CPF não confere.

Em dois anos, a Alberto & Pantoja movimentou R\$ 60 milhões, tendo recebido da Delta mais de R\$ 25 milhões. Os parlamentares alertam que em todo o país 16 empresas-fantasma movimentaram R\$ 300 milhões com repasses da Delta.

— Não dá para limitar ao Centro-Oeste as investigações sobre a Delta — avaliou Pedro Taques. **4**



Gealido Magela/Agência Senado

Vanderlei Macris e Randolfe Rodrigues (de pé) observam anotações de Taques durante a reunião da CPI

Senadores avaliam plano do governo para infraestrutura

Vários senadores acompanharam ontem no Palácio do Planalto o lançamento do Programa de Investimentos em Logística, que prevê duplicação de rodovias e construção de ferrovias, num total de R\$ 133 bilhões. À tarde, o assunto foi tema de pronunciamentos em Plenário. **2**

Ao lado da ministra Gleisi Hoffmann (alto, à esq.) Sarney participa de solenidade em que Dilma lançou programa para modernizar logística



Jane de Araújo/Agência Senado

Para jurista, lei penal feita sob pressão da opinião pública não reduz crimes **3**

Rolleberg cobra aprovação de textos que atualizam Código do Consumidor **3**

Ana Amélia defende investimento em cultura esportiva nas escolas **4**

Governantes são responsáveis por notas do Ideb, diz Cristovam **4**

Jornal do Senado



Compartilhar cidadania nunca esteve tão fácil

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado.
www.facebook.com/jornaldosenado

JORNAL DO SENADO

Governo lançou ontem o Programa de Investimentos em Logística, que, em sua primeira fase, visa duplicar 7.500 quilômetros de rodovias e construir 10 mil de ferrovias; vários senadores participaram da solenidade



Sarney acompanha o lançamento, ao lado da ministra Gleisi Hoffmann (E), da presidente Dilma e da deputada Rose de Freitas

Programa prevê R\$ 133 bi para rodovias e ferrovias

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, e vários senadores participaram ontem, no Palácio do Planalto, do lançamento do Programa de Investimentos em Logística, que pretende modernizar a malha de transportes do país.

Na cerimônia, foi anunciada a primeira etapa do plano: a concessão de rodovias e ferrovias. Nas próximas semanas, serão anunciadas medidas para portos e aeroportos.

O programa prevê a duplicação de 7.500 quilômetros de rodovias e a construção de 10 mil quilômetros de ferrovias por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Ao todo, serão investidos R\$ 133 bilhões em 25 anos, sendo R\$ 79,5 bilhões nos cinco primeiros anos. As ferrovias receberão R\$ 91 bilhões e as rodovias, R\$ 42 bilhões.

Com o objetivo de estruturar projetos e atrair a iniciativa

Investimentos	
RODOVIAS	R\$ 42 bi R\$ 23,5 bi (5 anos) R\$ 18,5 bi (20 anos)
FERROVIAS	R\$ 91 bi R\$ 56 bi (5 anos) R\$ 35 bi (25 anos)
	7.500 km
	10 mil km
	BR-040 (DF/GO/MG); BR-050 (GO/MG); BR-060 (DF/GO); BR-101 (BA); BR-116 (MG); BR-153 (TO/GO/MG); BR-163 (MT/MS); BR-262 (ES/MG/MS); BR-267 (MS). Ferroanel SP; acesso ao Porto de Santos; Lucas do Rio Verde—Uruaçu; Uruaçu—Corinto—Campos; Rio de Janeiro—Campos—Vitória; Belo Horizonte—Salvador; Salvador—Recife; Estrela d'Oeste—Panorama—Maracaju; Maracaju—Mafra; São Paulo—Mafra—Rio Grande; Açailândia—Vila do Conde.

privada para trabalhar com o governo, também está prevista a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

A presidente Dilma Rousseff avalia que o pacote vai auxiliar no crescimento já em 2012. Ela afirmou que o modelo garantirá serviços mais eficientes.

— Não estamos nos desfazendo de patrimônio público para ampliar caixa ou reduzir dívida. Estamos fazendo parcerias para ampliar a infraestrutura do país, para beneficiar sua população e seu setor privado. Para saldar

uma dívida de décadas de atraso em investimentos em logística — disse.

Também participaram do evento o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e os senadores Lúcia Vânia (PSDB-GO), Clésio Andrade (PMDB-MG), Cidinho Santos (PR-MT), Tomás Correia (PMDB-RO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Souza (PMDB-PR) e João Ribeiro (PR-TO), além dos senadores licenciados Valdir Raupp (PMDB-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Para Aloysio, investimentos não se tornarão realidade



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem, em Plenário, estar pessimista quanto à realização dos investimentos em infraestrutura anunciados pelo governo. Ele mencionou balanço publicado pela imprensa sobre concessões rodoviárias semelhantes lançadas ainda no governo Lula. De R\$ 1,2 bilhão previsto, disse, pouco mais de R\$ 100 milhões foram aplicados.

— Dado o nível de incompetência, de incapacidade de gerenciamento, de inoperância da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sou obrigado a ter um prognóstico pessimista.

Cidinho aponta redução dos recursos para infraestrutura

Cidinho Santos (PR-MT) afirmou ontem que os investimentos em infraestrutura no Brasil diminuíram consideravelmente nos últimos anos e que uma das áreas em pior situação é a dos transportes. O senador acredita que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) colaborou muito para o setor, mas com o lançamento do PAC 2, em março de 2010, houve uma diminuição das obras.

Cidinho disse que os dois principais órgãos no comando das obras de infraestrutura, o Ministério dos Transportes e o Dnit, parecem ter quase parado desde a metade de 2011.



Souza ressalta que recursos não vêm do PAC

Sérgio Souza (PMDB-PR) aplaudiu o Programa de Investimentos em Logística e disse que os R\$ 133 bilhões a serem investidos não fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e são investimentos novos.



O senador assinalou que o modelo de concessão é diferente dos anteriores, já que exige a construção de pelo menos 10% das obras licitadas para que a empresa possa começar a cobrar tarifas de uso. Além disso, grande parte das rodovias deve estar pronta em cinco anos, quando, nos contratos anteriores, a duplicação da pista era prevista apenas para o final do contrato.

Souza lembrou o alto custo da logística no Brasil, 80% mais cara que na Argentina, e defendeu a concessão à iniciativa privada, muito mais eficiente na construção das obras, o que permite sua utilização de forma muito mais rápida. O parlamentar foi parabenizado por Ana Amélia (PP-RS).

Suplicy elogia plano nacional de logística

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem a presidente Dilma Rousseff pelo anúncio do Programa de Investimentos em Logística.



O senador citou o pronunciamento em que Dilma sublinhou a necessidade de planejamento conjunto de modais de transporte em um país continental. Segundo ele, a presidente explicou que o plano concilia os interesses da população com os do setor privado e representa investimento fundamental para “desatar vários nós” do transporte no Brasil.

Haddad

Suplicy também comentou o plano de governo de Fernando Haddad (PT), candidato a prefeito de São Paulo. O senador afirmou que, caso seja eleito, Haddad implantará gradualmente em São Paulo a renda básica de cidadania, em parceria com os governos estadual e federal. Suplicy defende a concessão do benefício a toda a população.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO: Sessão destinada a discursos
14h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores, comunicados da Mesa e de lideranças.

PRESIDÊNCIA: Convite para posse
11h30 O presidente do Senado, José Sarney, recebe a desembargadora Assusete Magalhães para recebimento do convite de posse no cargo de ministra do STJ; e, às 12h, o diretor-geral da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Borio.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Rolleberg: país mudou e precisa atualizar Código do Consumidor

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) falou da importância dos três projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor, de 1990. Eles, neste momento, tramitam no Senado.

Os projetos são resultado do trabalho feito por uma comissão especial de juristas instituída pela Casa.

O primeiro projeto (PLS 281/12) trata de compras pela internet. O segundo (PLS 283/12) cria normas para combater o superendividamento da população. O terceiro (PLS 282/12) disciplina as ações judiciais coletivas, assegurando prioridade e agilidade na Justiça e a eficácia nacional das decisões.

Rolleberg afirmou que as propostas resultaram de um estudo “extremamente qualificado, coeso e harmônico” da comissão de juristas, que analisou detalhadamente a atual legislação.

— O momento é muito auspicioso e promissor para o aperfeiçoamento da lei, que é considerada uma das melhores do mundo em matéria consumerista. Além de posicionar o Brasil na vanguarda da proteção

jurídica, contribuiu para o estímulo de uma nova cultura de mercado — afirmou o senador.

Rolleberg explicou que esses três temas estavam distantes do cotidiano do consumidor brasileiro duas décadas atrás, época em que o código foi elaborado. O comércio eletrônico, por exemplo, não existia naquele tempo.

Além disso, acrescentou o senador, a ascensão de milhares de pessoas à classe média e ampliação da oferta de crédito criaram os recentes problemas de superendividamento.

Em seu pronunciamento, Rodrigo Rolleberg também elogiou a iniciativa do Ministério da Justiça de criar a Secretaria Nacional dos Direitos do Consumidor.

O senador fez uma última ressalva ao Plenário: que o Senado atualize o Código de Defesa do Consumidor, incorporando os temas propostos pela comissão de juristas, mas não permita “nenhuma alteração que desfigure essa conquista extraordinária da população brasileira”.



Pedro Franco/Agência Senado

Comércio eletrônico brasileiro

O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países que mais compram pela internet. Dos 74 milhões de internautas brasileiros, 96% já fizeram alguma aquisição virtual

	FATURAMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO	CONSUMIDORES VIRTUAIS
2007	R\$ 6,3 bi	9,5 mi
2011	R\$ 19 bi	32 mi

Gratificação para juiz estadual que atuar em causas federais

Juízes estaduais que estejam desempenhando funções de magistrado federal em qualquer tipo de causa deverão receber uma gratificação mensal que corresponderá a 16% do subsídio de juiz federal. É o que propõe projeto de lei do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na Justiça Eleitoral, de responsabilidade da União, uma gratificação de representação já vem sendo paga aos juízes estaduais desde o início dos anos 1990. São eles que, em grande medida, atuam como juízes nas causas eleitorais em primeira instância.

Pelo PLS 298/12, os juízes serão também beneficiados no exercício de competência federal, já que a Constituição determina o julgamento pela

Justiça estadual das causas de interesse da Previdência e de segurados, no caso de ausência de vara federal.

A Constituição também admite edição de lei para possibilitar que outras causas sejam processadas pela Justiça estadual.

“Trata-se de situação similar à da Justiça Eleitoral e impõe-se, em nome da isonomia, assegurar vantagem equivalente a esses magistrados”, defende o senador.

Blairo Maggi esclarece que, com varas em apenas 241 dos 5.564 municípios brasileiros, a Justiça Federal não consegue sozinha garantir o acesso a quem precisa demandar contra a União. Ele disse que, de 2007 a 2011, as varas estaduais responderam, em média, por 58% das ações do TRF da 3ª Região relacionadas a questões previdenciárias.



Dipp (D) fala na audiência no Senado, observado pelo presidente da comissão especial interna, Eunício Oliveira

Leis emergenciais não resolvem, afirma jurista

Integrante da comissão que elaborou para o Senado o anteprojeto de novo Código Penal, Luiz Flávio Gomes alerta que o conjunto de leis, mesmo atualizado, não adianta quando o sistema é injusto

A ELABORAÇÃO DE leis penais emergenciais, muitas vezes logo após a repercussão de crimes, funciona como uma satisfação à sociedade, mas não resolve os problemas. A avaliação foi feita pelo jurista e professor Luiz Flávio Gomes na audiência pública da comissão especial do Senado que debateu o projeto da reforma do Código Penal (PLS 236/12), terça-feira.

Gomes, que foi um dos integrantes da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto da reforma do código, disse que o fenômeno das leis penais emergenciais é comum na América Latina. Ele acrescentou que essa prática é criticada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O professor afirmou que o código é apenas um elemento do sistema de controle social e do próprio sistema econômico, não funcionando para dar conta das questões criminais se o conjunto do sistema funciona de forma injusta ou se as leis não forem bem aplicadas.

— Não vamos nos iludir: a reforma é apenas uma portinha do sistema penal — disse.

Gomes elogiou a atualização do Código Penal brasileiro, a seu ver uma contribuição para simplificar o dia a dia. Como lembrou, desde a promulgação do código, em 1940, até 2011, foram aprovadas 136 leis penais, muitas nascidas como emergenciais.

O jurista também ressaltou como inovação do projeto a

tipificação dos crimes de terrorismo, especialmente quando o Brasil se prepara para receber eventos mundiais, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Gomes observou que os crimes de terrorismo eram definidos e conceituados, mas não tipificados, o que avançou com a proposta agora em debate.

O desembargador José Muiños Piñeiro, também na audiência pública, informou que o projeto revoga 110 leis e possibilita a redução de 1.700 condutas tipificadas como crime para cerca de 800. Conforme assinalou, as alterações reorganizam a estrutura penal e, assim, colocam o Código Penal como centro do ordenamento jurídico.

Gilson Dipp destaca autonomia nos trabalhos da comissão

A comissão de juristas que fez o anteprojeto de Código Penal trabalhou com total autonomia nos seus oito meses de funcionamento, disse o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, que presidiu o colegiado. Para ilustrar a necessidade da atualização, ele ressaltou que 120 leis penais circulam paralelamente ao código em vigor. Dessas leis, 53 modificaram diretamente o código.

— Era um sistema caótico, sem disciplina, com penas desproporcionais e que dificultavam a operação da norma — afirmou.

Entre as inovações sugeridas para a reforma do Código Penal, Dipp ressaltou a criação de tipos penais específicos para o enriquecimento ilícito, os crimes praticados pela internet e os crimes contra a Humanidade e os direitos humanos.

Tomás: ferrovia ajudará Rondônia a se desenvolver



Waldemir Barreto/Agência Senado

Tomás Correia (PMDB-RO) pediu ao governo federal que avance na construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, que terá 1.638 quilômetros e irá de Campinorte (GO) a Vilhena (RO).

Para o senador, o projeto — que integra o PAC e tem início previsto para setembro de 2013 — vai aproximar Rondônia dos grandes centros do país e poderá também contribuir para o desenvolvimento do estado.

— Essa ferrovia significará o encurtamento do caminho da produção nacional de carne e soja para o Hemisfério Norte e para a Ásia. Não podemos esquecer que, com a construção de uma ferrovia, há um desenvolvimento intrínseco a ela, melhorando a qualidade de vida da população.

Código Civil poderá permitir nova liberação de fiança

Mais uma possibilidade para liberação de fiador de sociedade comercial poderá ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. A nova hipótese no Código Civil é prevista no PLS 105/12, de Pedro Taques (PDT-MT).

O Código Civil já permite ao fiador se eximir da responsabilidade pelo pagamento da fiança a qualquer tempo quando tenha assinado um contrato sem prazo determinado. No entanto, ele é obrigado a responder por todos os efeitos da fiança durante 60 dias após o credor ser notificado da decisão.

A alteração proposta visa resguardar o fiador dos efeitos de mudanças no quadro societário da empresa afiançada. Segundo argumentou Taques, há sempre o risco de admissão de um novo sócio, que pode comprometer a boa gestão do empreendimento. O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), recomendou a aprovação do projeto.



Para senadora, o esporte educa e afasta os jovens das drogas

Ana Amélia defende diversificação das práticas esportivas

Ao fazer uma análise do desempenho brasileiro nos Jogos Olímpicos de Londres, Ana Amélia (PP-RS) alertou para a necessidade de ampliar as opções de prática de esportes para os jovens brasileiros.

Para a senadora, o governo deveria investir não apenas na construção de grandes estádios e no futebol profissional, mas, sobretudo, desenvolver uma ampla cultura esportiva nas escolas de todo o país.

Ana Amélia defendeu investimentos nas escolas e nos programas de bairro, frisando que o esporte educa, tira as crianças do mundo das drogas e pode levar o Brasil a ter novos campeões.

— Não podemos ser a pátria só de chuteiras, as chuteiras do futebol. Precisamos investir em novos ídolos no judô ou handebol, por exemplo — disse.

A senadora também defendeu a aprovação de projeto de lei que declara a cidade gaúcha de Carlos Barbosa como a capital brasileira do futsal. Ela lembrou os excelentes resultados alcançados pela equipe que tem o mesmo nome do município.

Ana Amélia comentou ainda a avaliação do Ministério da Educação sobre a qualidade do ensino médio no país e no Rio Grande do Sul.

— O que faz um estado como o Rio Grande do Sul apresentar índice de avaliação do ensino abaixo da média desejada? Esse é um tema que precisa ser debatido com exatidão. Precisamos encontrar as causas deste desempenho pífio e vergonhoso — afirmou.

Parlamentares querem que Delta se torne o foco da CPI

Após comerciante dizer em depoimento que seu nome foi usado indevidamente pelo esquema de Cachoeira, senadores e deputados insistem na ampliação das investigações da construtora em todo o país.

O DEPOIMENTO DA comerciante Roseli Pantoja da Silva, única dos três convocados a falar à CPI do Cachoeira ontem, fez os parlamentares insistirem na importância de a construtora Delta ser investigada nacionalmente, e não só na região Centro-Oeste.

— Dezesseis empresas-fantasma movimentaram quase R\$ 300 milhões com repasses da Delta. Cachoeira é peixe pequeno neste esquema. Como Roseli, outras pessoas foram usadas — disse o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP).

O senador Pedro Taques (PDT-MT) tem opinião semelhante. Para ele, o principal alvo da CPI deve ser a Delta.

— Cachoeira é apenas um instrumento. Não dá para limitar as investigações ao Centro-Oeste — argumentou.

Roseli negou envolvimento com o esquema o contraventor Carlos Augusto Ramos e disse que seu nome foi usado para colocá-la como sócia da Alberto & Pantoja Construções, apontada como “fantasma” pela Polícia Federal.

A comerciante alertou que dados pessoais dela não coincidiam totalmente com os da Polícia Federal e com os da CPI. Primeiro ela corrigiu a grafia do nome, que é com “i” e não com “y”; depois não reconheceu o número do CPF apresentado a ela pelo relator, Odair Cunha (PT-MG).

— Isso mostra o nível de complexidade da quadrilha. Pegaram nomes parecidos e criaram CPF válido, no endereço dela. Roseli foi usada de forma criminoso pela organização de Cachoeira — disse Cunha.

Feira dos Importados

Roseli, que prestou depoimento sem advogado, informou que o ex-marido, Gilmar Carvalho Moraes, é contador autônomo e certa vez deu a ele uma procuração para abrir uma loja de artigos para roqueiros na Feira dos Importados de Brasília. Com o documento, Moraes abriu conta bancária no nome dela, fez compras e deixou de pagar dívidas. Para os integrantes da CPI, o ex-marido de Roseli

tornou-se um suspeito e deve ser convocado a depor.

Na opinião de Cunha, ficou claro que a quadrilha pode ter utilizado os documentos de Roseli para a criação da Alberto & Pantoja. Ele lembrou que em dois anos a empresa movimentou R\$ 60 milhões, tendo recebido da Delta mais de R\$ 25 milhões.

Primeiro chamado a depor, o ex-presidente do Departamento de Trânsito de Goiás (Detran-GO) Edivaldo Cardoso de Paula repetiu prática já comum na comissão ao evocar o direito de ficar em silêncio para não fornecer provas contra si. Edivaldo de Paula é acusado de favorecer os interesses de Cachoeira no órgão de trânsito goiano.

Outro convocado, Hrilner Ananias, que foi segurança do ex-senador Demóstenes Torres, também ficou calado e foi rapidamente dispensado.

A CPI ouviria também o policial aposentado Aredes Correia Pires, mas, não localizado, foi reconvoado para a próxima quarta-feira.



Roseli diz a integrantes da CPI que seu nome foi usado para ser apresentada como sócia da Alberto & Pantoja Construções

Para Alvaro, há provas suficientes do mensalão

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a tese de inexistência de provas do mensalão e disse que quem a defende comete uma blasfêmia.

— As provas existem e poderíamos tê-las em número maior se tivéssemos oportunidade de investigar mais. São suficientes para a condenação dos réus, a menos que considerem prova única e exclusivamente a confissão em documento assinado

pelos criminosos.

O senador apontou fatos que, no passado, justificariam



Alvaro Dias: provas atuais permitem condenar os réus do caso mensalão

a abertura de um processo de *impeachment* de Lula, que, de acordo com ele, cometeu, “na melhor das hipóteses”, o crime de responsabilidade, ao prevaricar, sabendo da existência do mensalão.

— O que nos cabe é exigir o combate implacável à impunidade. A esperança do povo é que o STF reabilite o sonho de que é possível, sim, acreditar nas instituições públicas do país — afirmou.

Mozarildo diz que Venezuela constrange brasileiros

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ontem em discurso que a Venezuela precisa dar aos brasileiros o mesmo tratamento que o Brasil dá aos venezuelanos.

O senador disse que tem recebido relatos de constrangimentos a empresários,

caminhoneiros, turistas e estudantes brasileiros no país vizinho.

Ele contou que estudantes de Roraima enfrentam uma série de problemas burocráticos para a conclusão de seus estudos na Venezuela. Há resistência a documentos

produzidos no Brasil e cobrança de taxas extras para estrangeiros.

Mozarildo disse que, como membro do Parlamento do Mercosul (Parlasul), defende uma conduta única na formação e no exercício profissional nos países do bloco.

O senador prometeu falar com o embaixador venezuelano para esclarecer a questão inerente aos estudantes brasileiros.

— Se a Venezuela brigou tanto para ser do Mercosul, que acabe de uma vez por todas com esse constrangimento.



Cristovam Buarque: maus resultados das escolas brasileiras

Cristovam: notas do Ideb significam reprovação dos governantes

Cristovam Buarque (PDT-DF) mostrou preocupação com os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011.

De 0 a 10, a média das escolas foi de 5 nos primeiros anos do ensino fundamental, de 4,1 nos anos finais do ensino fundamental e de 3,7 no ensino médio.

A avaliação leva em conta a nota dos estudantes e os índices de aprovação.

— Nós estamos sendo reprovados, os senadores, os deputados, os ministros, os governantes, os presidentes. É a nossa reprovação, é a nossa nota. Nós deveríamos carregar no peito a nota 3,7.

Para o senador, a estagnação da educação no Brasil significa, na verdade, uma regressão para o país, que está ficando para trás em relação ao resto do mundo.

Cristovam ressaltou o fato de as escolas públicas federais apresentarem, na média, notas melhores que as das escolas particulares. Para ele, os números mostram a necessidade de as escolas públicas serem federalizadas. A proposta faz parte de um plano que vem sendo defendido pelo senador e que prevê salários de R\$ 9 mil para os professores. Eles teriam, no entanto, que cumprir horário integral e passar por uma avaliação anual.

— Eu nem digo que se aceite [a proposta], porque é a ideia de um senador, mas que se debata com rigor essa possibilidade. Da parte do governo federal, não há o menor interesse em debater esse assunto. Entreguei essa proposta à presidenta Dilma faz mais de um ano.



Senador promete falar com embaixador venezuelano